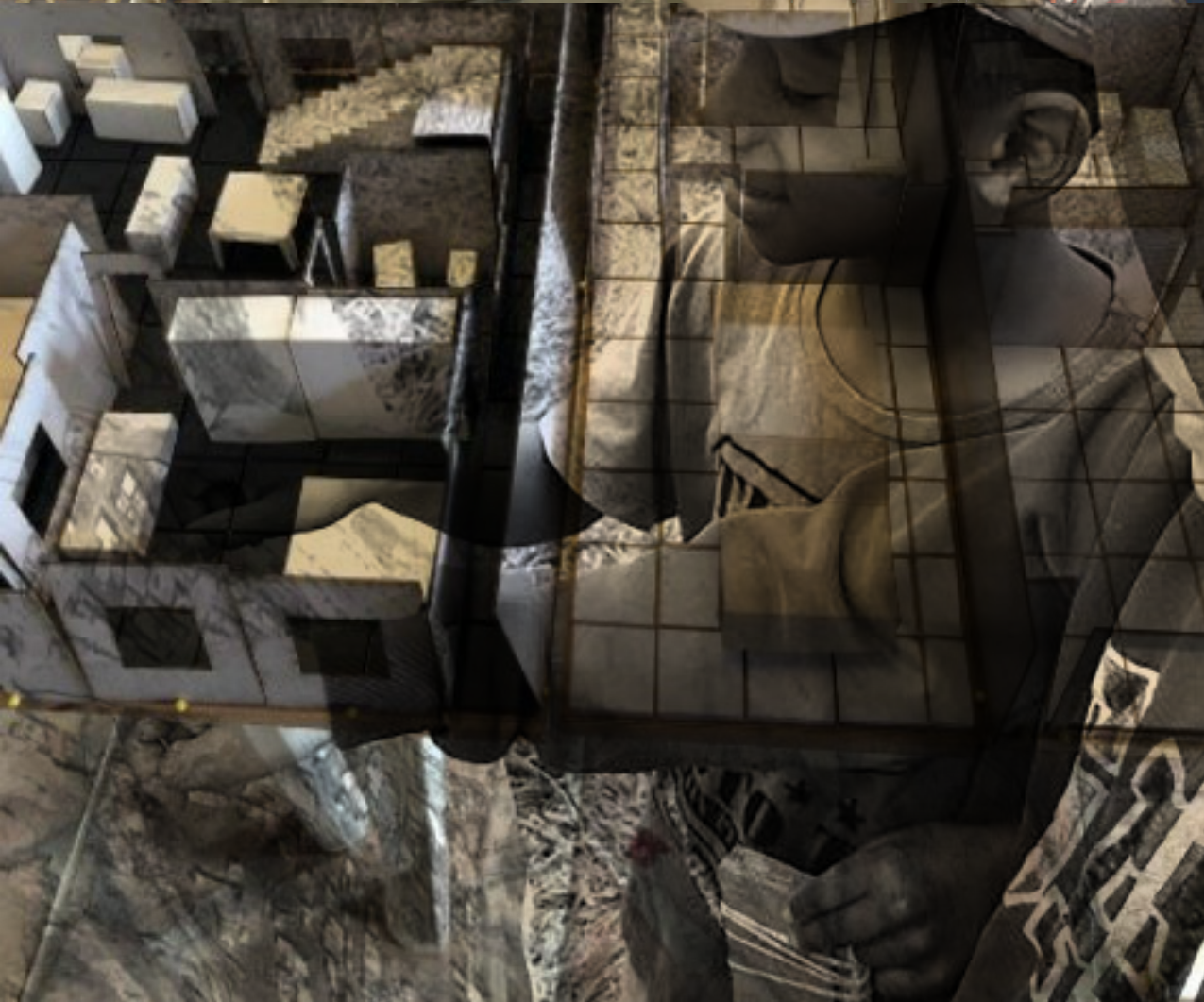


Produção popular do espaço como forma de resistência - um relato a partir do olhar da assessoria técnica

Popular production of space as a way of resistance - a report from the technical advisory

Bárbara Caetano Damasceno, Claudia de Andrade Silva, Flávia Tadini Massimetti, Natália Tamanaka*



Resumo

Este trabalho visa analisar as contribuições do Curso de Prática Profissionalizante em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (CPPATHIS) em um processo de resistência à remoção dos moradores de uma comunidade. O CPPATHIS foi um curso de curta duração voltado para arquitetos e urbanistas recém-formados, desenhado pela Peabiru TCA em parceria com professores da FAUUSP. Com atividades práticas realizadas no Jd. da União, ocupação urbana na zona sul da cidade de São Paulo (SP), o curso buscou integrar teoria e prática, tendo sido um processo dialógico entre moradores e assessores. Ao longo dos seis meses de curso, foram trabalhadas demandas reais, abordando-se desde questões mais coletivas, como a construção dos espaços comunitários e de infraestrutura, até questões mais individuais, como as dimensões de melhorias habitacionais. Nesse processo de luta pela permanência, os esforços do curso vieram a se unir com o de outros agentes externos, agregando o uso de uma metodologia ativa, atuando no território, e o uso de novas tecnologias no mapeamento da área, possibilitando a construção de uma outra narrativa. Nesse sentido, o Jardim da União será lido como uma alternativa emancipatória à produção capitalista do espaço urbano, de maneira a expressar que novos modos de vida são possíveis.

Palavras-chave: ATHIS; Ocupação Urbana; Resistência; Assentamento Popular

Abstract

This paper aims to analyze the contributions of the Professional Practice Course in Advisory and Technical Assistance in Social Housing (CPPATHIS) in a process of resistance against the removal of residents from a community. CPPATHIS was a short course for newly graduated architects and planners, designed by Peabiru TCA in partnership with FAUUSP professors. With practical activities carried out in Jardim da União, an urban occupation in the south of the city of São Paulo (SP), the course sought to integrate theory and practice, composing a dialogical process among residents and advisors. For six months, real demands were worked on, ranging from more collective issues, such as the construction of community and infrastructure spaces, to more individual issues, such as the dimensions of housing improvements. In this process of struggle for permanence, the course's efforts came closer to the fights of other external agents, adding the use of an active methodology in the territory to the use of new technologies in area mapping. This strategy enabled the building of another narrative. In this sense, the Union Garden will be read as an emancipatory alternative to the capitalist production of urban space, in order to express that new ways of life are possible.

Keywords: ATHIS; Urban Occupation; Resistance; Popular Settlement

Introdução

Ao longo do primeiro semestre do ano de 2019 foi realizado o Curso de Prática Profissionalizante em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (CPPATHIS). Sua idealização, contudo, data de 2018, quando a Assessoria Técnica Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais (TCA) começou a conceber o escopo do que viria a se tornar o curso, tendo sido ele construído em conjunto com professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) e vinculados ao Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LABHAB).

Institucionalmente, sua viabilização ocorreu nos órgãos colegiados na FAU e na USP, sob coordenação dos professores Caio Santo Amore, Karina Oliveira Leitão e Maria Lucia Refinetti Martins, contando ainda com a colaboração de professores, pós-graduandos e especialistas com experiência profissional no campo da assessoria técnica. O curso foi voltado para arquitetos e urbanistas recém-formados, tendo sido estipulado um período de formação de até cinco anos de formação, e atingiu um total de 177 profissionais de diferentes regiões do Brasil como sul, sudeste, nordeste e distrito federal. Como resultado final, foram selecionados 25 arquitetos e urbanistas, bem como 11 monitores[1].

A estrutura do curso dividiu-se em aulas teóricas, realizadas às sextas-feiras, na FAUUSP, e atividades práticas no Jd. da União, aos sábados e em alguns domingos. Já seu conteúdo programático foi distribuído em três módulos. Além disso, como uma atividade de extensão universitária, foi um processo construído coletivamente com os atores envolvidos. Buscou-se uma ação transformadora, aberta à diversidade e que não se limita à teoria ou à prática, mas as integra – a verdadeira práxis freiriana. Buscou-se assim, a reunião das individualidades autônomas e singulares, que, por meio do diálogo, da liberdade e da tolerância, permitiu a construção desse projeto coletivo (D’OTTAVIANO; ROVATI, 2017). Da mesma forma, faz-se importante destacar que o curso se inseriu em um contexto de uma iminente reintegração de posse pela companhia estadual, proprietária do terreno, o curso pretendia fortalecer a luta e contribuir com a mobilização das famílias, técnicos e técnicas em torno do tema (SANTO AMORE; PEREIRA; HORIGOSHI, 2019).

Portanto, buscando estabelecer diálogo constante com os moradores, chegar ao território com um programa de necessidades e intervenções determinado, sem sequer conhecer suas realidades e percepções, não condizia com a proposta do curso. Da mesma forma, trabalhar à distância, apenas se limitando à realização de projetos arquitetônicos ou urbanísticos (como habitual ao longo do período de graduação em Arquitetura e Urbanismo) não fazia sentido, justamente por considerar verídica a afirmação de Frei Betto de que "a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam". Como consequência desse processo dialógico, no

1. Estão envolvidos no CPPATHIS: o/as coordenador/as Caio Santo Amore, Karina Oliveira Leitão e Maria Lucia Refinetti; os/as os/as especialistas e professores/as colaboradores/as: Alexandre Hodapp Oliveira Marques, Andrea Arruda, Andrei Chikhani Massa, Angelo Salvador Filardo Junior, Augusto Cesar Oyama, Bruno Melo, Cíntia Fidelis, Claudia Bastos Coelho, Claudio Thebas, Danilo Eric dos Santos, Denise Morado Nascimento, Francisco Barros, Gil Barros, Guilherme Carpintero, José Eduardo Baravelli, Larissa de Alcântara Viana, Luciana de Oliveira Royer, Luciana Travassos, Marcel Fantin, Maria Rita Brasil de Sá Horigoshi, Mariana Cicuto Barros, Monica Escalante, Rafael Borges Pereira e Sérgio Molina; os/as monitores/as: Ana Maria de Carvalho Nunes Ferreira Haddad, Bruno Sutiak, Claudia de Andrade Silva, Flávia Tadim Massimetti, Gabriel Enrique Higo Mafra Cabral, Gabriela Pedroso Chimello, Lyzandra M. Martins, Marília Müller, Natália Mayumi Bernardino Tamanaka, Rayssa Saidel Cortez e Víctor de Almeida Presser; os/as cursistas: Alice Sequerra Mahlmeister, Amanda Almeida Rodrigues, Ana Paula de Oliveira Lopes, Bárbara Caetano Damasceno, Bianca Pereira Rego, Carina Costa Correa, Carolina Metzger, Daniel Nardini Marques, Danielle Scardini Lopes, Débora Jun Portugheis, Filipe de Carvalho Andrade, Heitor Seemann de Abreu, Heloísa

Macena de Souza, Ingrid da Conceição Leite, Jaaziel Ferreira da Silva, Jaqueline Martins, João Paulo Alcântara Vera, Laís Granado Ferreira Coelho, Luma Caroline Rodrigues Ansaloni, Marcela Monteiro dos Santos, Pedro Langella Testolino, Sandra Aparecida Rufino, Thamirez Martins dos Santos e Ygor Santos Melo; as lideranças populares e Associação de Moradores do Jd. da União e todos/as moradores/as da ocupação Jd. da União.

2. ZEIS 4: Glebas ou terrenos em áreas de proteção aos mananciais dotados de infraestrutura urbana, nos quais se permite a produção de habitações de interesse social, exclusivamente destinadas à população transferida de áreas de risco e das margens das represas. (Fonte: Lei Municipal nº 13.885/2004 – Planos Diretores Regionais e Zoneamento de São Paulo).

3. A Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais é uma ONG de Assessoria Técnica, fundada em 1993 por um grupo de profissionais, entre eles arquitetos e urbanistas, engenheiros, advogados, psicólogos, sociólogos e outros técnicos da área social.

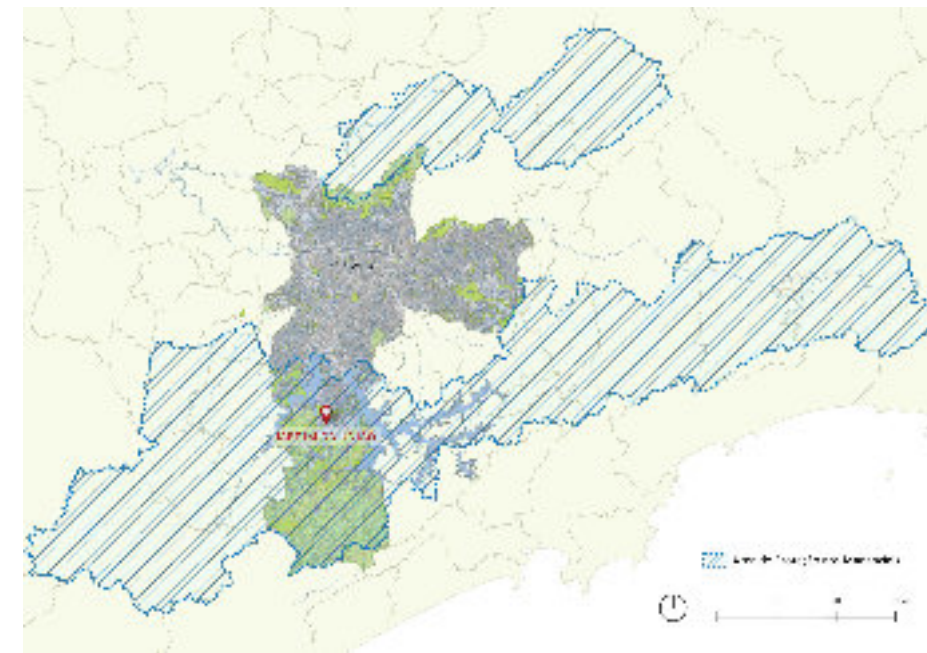
Fig. 1. Localização do Jd. da União e delimitação das áreas de proteção aos mananciais. Fonte: Plano Popular Urbanístico Ocupação Jd. da União - Peabiru TCA, 2017.

decorrer da realização das atividades práticas do curso foram pensadas diversas frentes de trabalho que pretendiam abordar questões mais coletivas, como também questões mais específicas das unidades habitacionais. Disso, quatro frentes de trabalho se desenvolveram: I) Dados; II) Melhorias habitacionais; III) Drenagem; e IV) Contenção. As ações realizadas em cada uma delas serão detalhadas no decorrer do artigo.

1. O TERRITÓRIO RESISTE: O CASO DO JD. DA UNIÃO

“A gente não vive, mas sobrevive” foram as palavras da moradora Suelen no primeiro dia do CPPATHIS. Ela e mais alguns moradores foram convidados para uma conversa na FAUUSP como primeiro ‘contato’ com Jd. da União. Ao ser indagada sobre o que essa frase significava, continuou: “Eu não escolhi morar em um barraco de madeira, a nossa luta é pela sobrevivência. Condições mínimas, de saneamento ou até estudar em uma universidade pública como essa, a partir disso é viver. Lutar pelo território, não é somente pela moradia, envolve diversas lutas.” Essa primeira conversa deu o tom pelo qual o curso se desenvolveria e antecipou muitas das questões e conflitos que seriam vivenciados.

O Jd. da União é uma ocupação urbana localizada no distrito do Grajaú, zona sul da cidade de São Paulo. Em um terreno classificado como ZEIS 4[2], de aproximadamente 84.750 m², pertence à Companhia Estadual de Habitação (CDHU). A ocupação está localizada entre as represas Billings e Guarapiranga, em Área de Proteção aos Mananciais, a APRM-Guarapiranga, como mostra a Figura 1. A escolha desse território ocorreu devido à aproximação iniciada pela assessoria técnica Peabiru TCA[3] em 2017 com a elaboração do Plano Popular Urbanístico.



Inicialmente os moradores ocuparam um outro terreno na região do Itajaí, também localizado na zona sul e próximo da ocupação atual. Porém, depois de sucessivas ordens de despejo passaram em 2013 por uma violenta reintegração de posse. Após esse processo, as famílias vincularam-se à Rede de Comunidades do Extremo Sul[4] e passaram a buscar por uma nova área, até chegarem ao local em que permanecem atualmente.

De maneira coletiva o território foi organizado, inclusive reservando espaços de uso comunitário, como por exemplo espaço para as reuniões da associação, chamado de “barracão”, espaços para praças e parquinho. Inicialmente possuíam uma cooperativa de reciclagem, de costura, creche e biblioteca, geridos pelos próprios moradores.

Em 2015 receberam uma nova ordem de despejo com argumento da CDHU que essa área seria destinada à implantação de um empreendimento habitacional para reassentamento de famílias incluídas em urbanizações na região do Programa Mananciais (SANTO AMORE; PEREIRA; Horigoshi, 2019). Esse período coincidiu com o fim do vínculo com a Rede de Comunidades do Extremo Sul, e, por todos esses motivos, houve uma forte evasão dos moradores.

Em assembleia decidiram permanecer no local e, com intuito de fortalecer essa luta pela permanência, filiaram-se ao Movimento de Luta Popular (MLP), que dá suporte até hoje. Através do MLP os moradores conheceram a Peabiru TCA, com a qual desenvolveram conjuntamente um Plano Popular Urbanístico com intuito de qualificar a urbanização da área e auxiliar enquanto instrumento de negociação pela regularização fundiária com o poder público (Figura 2).

O desenvolvimento do Plano se deu de forma coletiva entre os envolvidos no processo, cujas etapas consistiram, resumidamente, em: reconhecimento da área, oficinas de diagnóstico, apresentação de compartilhamento de propostas do plano popular, sistematização das contribuições das famílias e negociações com o poder público.

Foram elaboradas duas propostas para organização do território. A primeira manteve o tecido urbano existente (Figura 4) e a segunda propunha a reconfiguração

4. A Rede de Comunidades do Extremo Sul é um movimento popular que atuou de 2010 a 2015 na zona sul de São Paulo, e tinha como proposta a organização autônoma do povo da periferia.

Fig. 2. Capa do Plano Popular Urbanístico Jd. da União. Fonte: Acervo Peabiru TCA, 2017.

Fig. 3. Oficinas durante o processo de desenvolvimento do Plano Popular. Fonte: Plano Popular Urbanístico Ocupação Jd. da União - Peabiru TCA, 2017.

Fig. 4. Proposta de plano urbanístico que mantém o tecido urbano existente. Fonte: Acervo Peabiru TCA, 2017.

Fig. 5. Proposta de plano urbanístico com reconfiguração dos lotes e ruas – “loteamento”. Fonte: Acervo Peabiru TCA, 2017.



desse tecido, com novo desenho para lotes e ruas (Figura 5). Em assembleia, a segunda proposta foi aprovada por unanimidade, mesmo que exigisse maiores recursos e tempo. Essa proposta ficou conhecida pelos moradores como o “Plano Peabiru”.



Na ausência do cumprimento do papel do Estado, a partir da elaboração do plano e sem recursos, os moradores, por conta própria, começaram um processo de “auto urbanização”. Esse ponto merece

destaque pela impressionante autogestão, já que eles mesmos viabilizaram e executaram o plano a partir dos parâmetros do estudo de viabilidade, abrindo ruas, delimitando lotes, autoconstruindo as casas e assegurando provisoriamente luz e água.

Nesse contexto, o ‘projeto’ se tornou um instrumento político para luta pela permanência, pois teve papel político de organização de resistências. Foi a partir dele que começaram a negociar a permanência e urbanização, ao invés da remoção e, portanto, houve um potencial para negociações com órgãos públicos e implementação de melhorias das condições de vidas. Nas palavras de Francisca (informação verbal, 2019), *“a única maneira de permanecer no Jd. da União foi transformar a ocupação em um bairro”*, a partir do Plano Popular, pois *“o desejo é da permanência, sobretudo, do direito de estar.”*

2. O processo de formação do CPPATHIS

O curso foi um processo dialógico entre moradores e assessores, um processo constante de aprendizado – não apenas técnico, mas também humano. Aprendemos a ouvir, a nos colocar, a falar. Ele acompanhou a realidade, e as demandas resultantes desse processo orientaram seu desenvolvimento. Na ausência do Estado, lidamos com os impactos reais da falta de infraestrutura urbana, como saneamento básico, abastecimento de água e drenagem, com os problemas reais das estruturas das casas. Lidamos com a iminência real de um processo de reintegração de posse.

Ao longo dos seis meses de atividades, foram estruturadas algumas frentes de trabalho, que abordaram desde questões mais coletivas, como as relacionadas aos espaços comunitários e de infraestrutura, até mais específicas, como das unidades habitacionais. De maneira autônoma, porém interligadas, visando abranger o maior número de demandas possíveis, elas foram divididas nas quatro frentes de trabalho[5]. A frente dos **dados** teve como objetivo central, juntamente com a Associação de Moradores, atualizar o cadastramento das famílias. A importância da tarefa se explica pela dinamicidade desses espaços que se encontram em constantes e rápidas transformações socioterritoriais. Em função da realização da tarefa anterior, realizou-se a sistematização dessas informações em materiais gráficos, que, inclusive, integraram os relatórios que utilizados pela Defensoria Pública na tentativa de barrar mais uma ameaça de remoção. Por fim, essa frente também produziu um minidocumentário intitulado “Jd. da União: o direito de estar” como uma forma de demonstrar que, por trás de todos aqueles números e dados, havia histórias reais capazes de reafirmar a permanência das famílias no local assim como trazer à luz a luta individual e coletiva de seus moradores. A frente de **melhorias habitacionais** pretendia, inicialmente, realizar um levantamento dos

5. O trabalho realizado por cada frente é discutido em: HADDAD et al. A luta pelo direito de estar: o caso do Jd. da União (SP). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO, 10., 2019, Palmas. *Anais...* Palmas, 2019. (aceito para publicação).

aspectos construtivos das moradias existentes no Jd. da União para que posteriormente fossem pensadas formas de abordar a questão das melhorias habitacionais. Por essa razão, a principal atividade realizada pelos integrantes dessa frente se materializou na forma de um Curso de Construção Civil com os construtores da ocupação. A experiência da realização do curso será melhor detalhada nas próximas sessões do trabalho.

A frente de **contenção**, após verificação de sérios problemas de contenção em uma das quadras do Jd. da União, buscou soluções simples e emergenciais que pudessem atuar de maneira eficaz, porém não definitiva (uma vez que não caberia a nós, mas sim ao poder público, a solução de tais problemas) nesse conflito. Por essa razão, a frente de contenção objetivou realizar um projeto de contenção para a quadra que enfrentava problemas de deslizamento de terra devido aos cortes do terreno, assim como dialogar com os moradores desta quadra sobre a importância de pensar o problema de maneira coletiva e não individual. A frente de **drenagem**, de maneira coletiva com os moradores, estudou a questão da água pluvial na ocupação – que também se tornou um grande problema, que tem inclusive contribuído para o agravamento da problemática da contenção –, o que permitiu que fossem feitos estudos e testes de possíveis soluções de baixos custos, porém não definitivas, pelos motivos anteriormente já mencionados. Como resultado, foi desenvolvido e construído um dispositivo experimental de drenagem, chamado de biovaleta.

Entretanto, ainda que todas as frentes tenham sido capazes de realizar importantes contribuições, o foco do presente artigo é o de relatar e analisar o Curso de Construção Civil realizado pela frente de melhorias. Acreditamos que essa frente foi capaz de unificar as demais, uma vez que, para a realização do curso, tomou-se por ponto de partida os dados sobre os aspectos físicos das unidades habitacionais levantados, além de ter sido incorporado no cronograma do curso a importância de se considerar a questão da contenção e da drenagem durante o processo de transformação, construção e melhoria do espaço habitado.

O CPPATHIS, portanto, reforçou o papel político da extensão universitária e a responsabilidade da universidade pública na defesa da produção de espaços mais democráticos e inclusivos. Desse modo, enquanto assessores técnicos em formação, o curso nos permitiu alinhar nosso posicionamento e atuação à população que luta diariamente para assegurar seus direitos e resistir ao avanço dos processos de segregação e exclusão em nossas cidades.

3. Agregando à luta

Quando os trabalhos tiveram início, em janeiro de 2019, a ocupação do

Jd. da União enfrentava uma nova ordem de reintegração de posse desde dezembro de 2018 a pedido da CDHU. A Defensoria Pública de São Paulo estava atuando junto à comunidade no processo, lutando para que as famílias pudessem permanecer, dessa forma a demanda inicial pelo nosso trabalho estava estabelecida: **colaborar nesse processo**. A Defensoria estava levantando dados socioeconômicos dos moradores, informações que somassem à tese de que eles deveriam permanecer tal como estavam ali naquele território, pelo fato de que já haviam adequado suas vidas ao local. Uma remoção forçada viria, assim, a afetar negativamente diferentes aspectos da vida dessas pessoas como educação, mobilidade, trabalho e saúde. Portanto, a fim de colaborar com o levantamento dessas informações, dividiu-se os cursistas sobre a área para cobrir todo o território das quase 500 famílias residentes.

No questionário criado pelos cursistas, estavam contidas questões que abordavam tanto as características físicas da residência quanto os aspectos individuais de cada morador da unidade. Ao fim, o censo – nome atribuído à atividade de aplicação dos questionários – foi capaz de contemplar 100% do território geográfico da ocupação, tendo sido entrevistadas 94% das famílias moradoras (apenas 3% dos moradores não foram encontrados nos dias de pesquisa ou não quiseram participar). A partir do censo, informações concretas foram levantadas e possibilitaram um olhar mais singular sobre o território e seus moradores, sendo esta uma abordagem que visava romper com o discurso hegemônico constante sobre esses locais e seus moradores.

Os dados sobre trabalho, por exemplo indicam que quase 50% da população está empregada, entretanto desse total, apenas 40% declarou ter trabalho formal, saltando aos olhos o grande número de trabalhadores informais, o que porém não deixa de refletir a conjuntura sobre o mundo do trabalho no Brasil hoje, pois de acordo com dados divulgados pelo IBGE em 2018, o trabalho informal era uma realidade para mais de 40% da população (BRASIL, 2018). Outro dado que chama a atenção é referente aos benefícios de transferência de renda, já que, desmanchando consensos, os dados coletados demonstram que apenas uma pequena parcela dos entrevistados recebia Bolsa Família e uma fração ainda menor recebiam o Benefício da Prestação Continuada (BPC).

Para além de ajudar a Defensoria, o cadastramento permitiu uma aproximação entre aqueles estranhos que adentravam o território e a comunidade, pois à medida que buscávamos conhecer a cada morador, também nos conhecíamos num processo de troca, o que possibilitou que o trabalho desenvolvido ao longo dos 6 meses fosse apropriado pela comunidade, de forma que o processo fosse construído com eles e não para eles.

Como os cursistas foram divididos pelo território, cada grupo ficou mais próximo da área que aplicou os questionários, de forma que no

decorrer do tempo, ao transitar pela área, já estávamos mais próximos dos moradores. Isso foi importante pois contribuiu para uma maior aderência deles a todo o processo, inclusive nos tornamos em certa medida conhecidos e em alguns casos chegamos a compartilhar mais do que momentos de trabalho, mas também vínculos pessoais, de amizade, o que em muito só foi possível graças a esse primeiro contato direto com a comunidade.

Uma necessidade que veio após todos esses dados terem sido coletados foi o de os espacializar e para isso foi realizado um levantamento aéreo da área, com o uso de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA), tendo sido utilizado o DJI Phantom 4 Pro equipado com uma câmera com sensor CMOS de 20 MP e lente com abertura f/2.8). Foram considerados dois planos de voo organizados por intermédio do aplicativo Pix4D Capture, voando a uma altura média de 120 metros e com uma sobreposição de fotos lateral e longitudinal de 80%. Após essa fase, seguiu-se com o processamento das imagens com transformações baseadas no método SIFT (Scale Invariant Feature Transform), utilizando-se o software Agisoft PhotoScan Pro. A partir do ortomosaico e do modelo digital de elevação gerados pelo voo, foi confeccionada uma base cartográfica atualizada da área.

Nesse processo de produção cartográfica a partir da demanda da comunidade, a construção de mapas passa também pela discussão da apropriação de ferramentas de controle e formas de representação de uso, até então exclusivo do Estado, pelos moradores, colaborando no processo de emancipação. Os mapas construídos tinham o objetivo de munir a comunidade e trazer à tona a disputa de narrativas que se tem ali.

A partir do questionário, diversos mapas temáticos poderiam ser gerados, entretanto duas questões balizaram a confecção dos mapas: a demanda da Defensoria, no reforço para a permanência do Jd. da União, e a coerência das informações que seriam deveriam ser apresentadas de forma espacial, garantindo uma maior capacidade de visualização que os gráficos ou tabelas. Diversos mapas temáticos foram produzidos, demonstrando desde o uso do solo até renda familiar, e compõem o relatório da Defensoria Pública.

Cabe ressaltar que para além de construir uma outra narrativa sobre área, a base cartográfica elaborada também respaldou o trabalho de outras frentes de trabalho, que puderam propor com maior precisão e segurança. Por fim a nova base cartográfica do Jd. da União foi impressa e colocada na sede da associação de moradores, possibilitando uma melhor visualização e reconhecimento da área por todos os seus moradores.

Além disso, a trajetória de resistência e luta pela permanência no Jd. da União era um processo que antecedia ao curso, por essa razão cabia a nós buscar ferramentas que pudessem vir a contribuir com esse

processo conjuntamente com os moradores. Dentre as diversas frentes que se formaram para esse fim, a frente de melhorias veio a idealizar sua contribuição através de um Curso de Construção Civil. A ideia primária estabelecida por seus idealizadores era a de que, ao fim das atividades realizadas pelos alunos do CPPATHIS, as trocas de saberes e experiências ao longo do curso pudessem ter continuidade e multiplicidade. Dessa maneira, era mais importante que todos os conhecimentos fossem construídos coletivamente, para que os participantes pudessem se apropriar e aplicar por si próprios as informações lá transmitidas e trocadas, não sendo este o método tradicional de ensino. Acredita-se que

nós, educadores, podemos ser meros transmissores de informação ou estabelecer como objetivo um verdadeiro conceito de educação. Se assumirmos ser EDUCADORES, poderemos contribuir para a mudança social a partir do desenvolvimento individual e coletivo. Para isso temos que participar da mudança e vivê-la como um desafio essencial. (PUEBLA, 1997, p. 19).

Tendo em mente de que a autoconstrução é uma prática recorrente nesses espaços excluídos da ação de políticas públicas, procurou-se, por meio do curso, tratar de questões (consideradas pelos arquitetos) essenciais, como: ventilação, iluminação, área permeável, espaços mínimos para circulação e cômodos, desenho, materiais de construção e etapas de obra. Portanto, o produto final do curso – ainda que oferecido por arquitetos e urbanistas, pretendia romper com a tradição do projeto enquanto fim. Um desenho que eles não pudessem se apropriar ou conhecer a importância de seus elementos faria menos sentido do que a construção de um processo onde eles pudessem compreender as razões de determinadas escolhas projetuais, por exemplo, a necessidade do desenho inicialmente para o melhor dimensionamento dos espaços internos ou o porquê das áreas permeáveis e sua relação para além do lote. Concomitante a isso, visualiza-se que, quanto melhor forem essas construções futuras, ganhos substantivos podem ser adquiridos para a qualidade de vida dos moradores, mas também como ferramenta que se opõe diretamente ao discurso hegemônico de que todas as autoconstruções em ocupações são, necessariamente, precárias e precisam ser desapropriadas e destruídas.

O método utilizado para formulação do curso consistiu na abordagem coletiva de questões e problemas levantados pelos arquitetos e urbanistas alunos do CPPATHIS durante a etapa de aplicação dos questionários. Entretanto, o conteúdo programático desde o princípio manteve-se “aberto”, para que ao longo das aulas, conforme ocorressem os encontros, os moradores fossem trazendo suas demandas. Assim o curso ia se adaptando para agregar os conteúdos

Fig. 6. Exercício desenvolvido em escala real. Fonte: Acervo CPPATHIS, 2019.



pertinentes a nós, mas principalmente o que eles consideravam importantes naquele momento. Além disso, todas as atividades desenvolvidas ao longo do curso mesclaram discussões de caráter expositivo e atividades práticas, atentando-se sempre para que houvesse conexão entre ambas.

O conteúdo programático do primeiro dia de curso manteve um caráter mais introdutório, uma vez que havia sido planejado somente pelos arquitetos, isso é, sem a participação dos moradores da ocupação, suas demandas e expectativas. A primeira atividade realizada abordou a questão da linguagem e da representação do desenho e suas ferramentas, para que pudesse ser identificada a familiaridade que os moradores possuíam com a temática. Foram desenvolvidos três exercícios: 1) Pensar a espacialidade em escala real, 2) Maquetomóvel e 3) Elaboração de planta residencial.

A primeira abordou a representação em escala real de uma residência para que se pudesse visualizar a relação entre desenho e objeto real. Durante a atividade, notou-se que os diferentes conhecimentos sobre construção civil e canteiro de obras entre os participantes se expressavam nitidamente, evidenciando os que já possuíam mais habilidades e os com pouca experiência. A segunda atividade do dia era explorar a visualização tridimensional da casa. Para isso, utilizamos um maquetomóvel, confeccionado pelos arquitetos, em uma adaptação da maquete proposta pelo grupo “Morar de Outras Maneiras”, da Universidade Federal de Minas Gerais. Nessas maquetes, os participantes reproduziam suas casas ou as casas que gostariam de construir. Quando finalizadas, as maquetes eram tampadas, simulando a cobertura, a fim de verificar a questão de iluminação e ventilação dentro da casa. Como tratava-se de um primeiro encontro, não se objetivou discutir com muitos detalhes as questões projetuais e os problemas existentes nos projetos de suas casas. Já a última atividade do dia permitiu aos participantes que desenhassem uma residência hipotética, uma futura residência ou a sua atual. A atividade de representação em planta, no entanto, mostrou-se mais dificultosa por ter um caráter mais técnico.

O segundo final de semana possibilitou uma preparação das atividades já em conformidade com as demandas trazidas durante conversa com os moradores participantes do curso. Isso permitiu mesclar tanto conteúdos considerados por nós como necessários para potencializar a etapa de concepção do projeto residencial, resultando em ganhos em diversos aspectos de sua execução, como também responder às

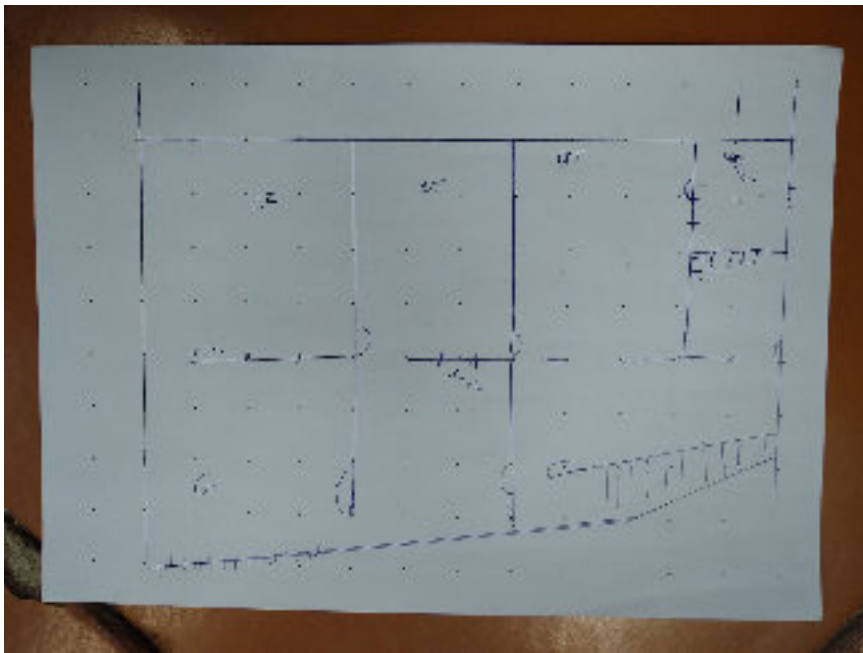


Fig. 7. Desenho desenvolvido por um dos cursistas. Fonte: Acervo CPPATHIS, 2019.

Fig. 8. Exercício desenvolvido em lote individual. Fonte: Acervo CPPATHIS, 2019.

Fig. 9. Exercício de agrupamento dos lotes. Fonte: Acervo CPPATHIS, 2019.

expectativas dos participantes, adicionando suas demandas próprias, como a leitura de plantas baixas, a quantificação de materiais para construção, nível, prumo, etc. Além da utilização de um material de apoio com questões básicas sobre desenho técnico, foi feito uso do escalímetro e de informações sobre outras formas de se ocupar os lotes, a importância da ventilação para o conforto térmico da edificação e a salubridade. A parte prática se deu pela realização de duas atividades. A primeira delas retomou a atividade no maquetomóvel, disponibilizando mobiliários, módulos de paredes, portas, janelas (todos em escala), para que se pudesse fazer uma residência hipotética levando em consideração seus espaços externos e internos e também os aspectos de conforto térmico. Finalizado o exercício, foram reunidas as quatro maquetes para que eles pudessem visualizar de que maneira o que haviam proposto poderiam favorecer



Fig. 10. Aula expositiva de quantificação de materiais (à esquerda). Fonte: Acervo CPPATHIS, 2019.

Fig. 11. Participantes desenvolvendo exercício de quantificação de materiais (à direita). Fonte: Acervo CPPATHIS, 2019.

ou prejudicar seu lote e de seu vizinho.

No terceiro final de semana de curso iniciaram as discussões acerca de práticas construtivas no canteiro de obras. É nesse momento que a experiência adota uma abordagem pedagógica diferente das aulas anteriores, isto é, uma abordagem mais prática. Nesse dia, foi trabalhada a questão da quantificação de materiais e técnicas construtivas, abrangendo assuntos sobre a importância do desenho com medidas para possibilitar uma quantificação dos materiais mais precisa, evitando desperdício de materiais e recursos financeiros; bem como outros assuntos pertinentes ao canteiro de obras e quantificação de materiais. Além disso, com auxílio do material gráfico como apoio para a aula expositiva, abordou-se também, conversão de medidas; traços de concreto; quantificação de pisos e revestimentos, bem como sobre o corte de piso de modo seguro e pintura. A atividade prática desse dia contava com um exercício que fizesse com que os participantes exercitassem as lógicas de quantificação. Para isso, foi



realizado um exercício no próprio local onde as aulas estavam sendo realizadas.

Com a percepção de que o exercício anterior sobre quantificação de materiais havia ficado um tanto confuso, sentiu-se a necessidade de retomá-lo na aula seguinte. Por esse motivo, o quarto dia de atividades iniciou-se com a retomada do exercício, bem como a revisão de algumas informações do material gráfico. A parte inicial da aula apresentou uma simples demonstração de conversão de

medidas. Após esse primeiro momento, foi realizado uma revisão do exercício prático proposto no final de semana anterior por meio da resolução do exercício feita para aquele espaço. A atividade prática do dia ficou por conta da demonstração de uma técnica desenvolvida para cortar as peças de piso de maneira mais segura. Ademais, a atividade foi precedida pela retomada de discussões mais teóricas a respeito do corte no projeto de arquitetura, além de outros apontamentos, como cálculo de escadas e estrutura.

Também foram discutidas quais



são as etapas de uma obra, tomando como exemplo uma casa genérica e apresentando da fundação à cobertura. Ainda que as etapas anteriores tivessem ocorrido, ficaram claro alguns dos vícios práticos dos construtores, principalmente daqueles que já trabalham com isso há algum tempo, demonstrando que muitas vezes estes possuem suas próprias etapas de execução de obra. No entanto, cabia aos técnicos envolvidos na ministração do curso elucidar que as recomendações ali expressadas tinham por intuito garantir a segurança dos futuros moradores, economia na compra de materiais e um melhor resultado construtivo final. Tudo isso sem que a experiência e o conhecimento dos construtores fossem desvalorizados, conformando momentos de troca e reconhecendo que alguns pontos precisavam ser revistos.

O quinto final de semana de curso, que inicialmente não existia na programação, iniciou-se com a retomada de alguns conteúdos sobre cobertura e impermeabilização e com a execução, na prática. Posterior a isso, também se abordou a problemática da contenção de algumas quadras que se mostraram em situações de risco iminente dentro da ocupação. Para isso também foi elaborado um material gráfico de apoio, apontando o problema como uma questão coletiva e não individual, seus impactos na ocupação, riscos e possíveis soluções passíveis de serem replicadas. O conteúdo de caráter teórico se seguiu de um exercício prático que visou agregar o conhecimento das aulas anteriores, por meio da quantificação de um muro de contenção para um terreno em uma das quadras da ocupação que sofrem com o problema.

Ao longo do curso, os materiais de apoio pedagógicos foram sendo impressos separadamente e entregues aula a aula. Porém, ao final do curso, todo o material gráfico foi unificado em um único conjunto e entregue a eles. Juntamente com a apostila, foi entregue o certificado do curso, que foi um ponto de muita importância durante a divulgação da experiência, pois muitos consideravam importante ter um certificado desse tipo para legitimar seu conhecimento, fora do Jd. da União, como construtores, principalmente contendo o selo da Universidade de São Paulo (USP).

Ainda que o objetivo de atingir a autonomia não seja um resultado passível de ser mensurado, acredita-se que esta se consolidaria quando os arquitetos não estivessem presentes para realizar as discussões sobre projeto, quantificação de materiais ou sobre práticas construtivas, que seriam conduzidas pelos próprios construtores com os conhecimentos adquiridos. Durante as oficinas, determinados momentos demonstraram a forma como a construção dessa autonomia se consolidava e os participantes trocavam os conteúdos discutidos, trabalhando de forma conjunta enquanto os construtores tentavam solucionar projetualmente, eles mesmos, suas casas.

Fig. 12. Faixa no Jd. da União, evidenciando que nesse território o valor de uso sobressai ao valor de troca. Autora: Larissa de Alcantara Viana, 2018.

Considerações finais

Com o entendimento e o reconhecimento de que a cidade é arena e objeto de conflito, o Jd. da União foi lido como uma alternativa para desafiar esta cidade, que condena a imensa maioria a terríveis condições de trabalho e de vida. Portanto constitui-se como uma possível alternativa emancipatória à produção capitalista do espaço urbano.

A trajetória vivenciada pelo Jd. da União pode ser entendida também como um processo de apropriação do espaço urbano pela necessidade, à medida que a apropriação é evidenciada como expressão do uso, sendo esse o movimento contrário à forma-mercadoria, opondo-se ao valor de troca e à produção de mais-valor. Passa-se, mesmo que a princípio, o valor de uso a dominar o valor de troca:

Trata-se de uma superação pela e na prática: trata-se de uma mudança de prática social. O valor de uso, subordinado ao valor de troca durante séculos, pode retomar ao primeiro plano. Como? Pela e na sociedade urbana, partindo dessa realidade que ainda resiste e que conserva para nós a imagem do valor de uso: a cidade. Que a realidade urbana esteja destinada aos “usuários” e não aos especuladores, aos promotores capitalistas, aos planos dos técnicos, é uma versão justa, porém enfraquecida desta verdade. (LEFEBVRE, 2008 p.128).

É importante ressaltar também que durante o processo, esbarrou-se com a ausência do Estado, o qual deveria garantir as condições mínimas à população, mas na verdade cria mecanismos de exclusão e segregação. Assim, o CPPATHIS mostrou que a assessoria técnica pode



ser um campo de resistência (SANTO AMORE; PEREIRA; Horigoshi, 2018). Assessoros muitas vezes são mediadores no conflito da produção do espaço e por isso é necessário se posicionar nas tensões e contradições existentes no espaço urbano.

O Jardim da União é um caso de produção social do espaço que apresenta particularidades, a começar pela “autogestão” na reorganização do território a partir do Plano Popular, e por isso merece destaque. O CPPATHIS, por sua vez, foi uma experiência que teve como premissa um processo colaborativo, a partir de uma relação dialógica enquanto prática fundamental. Assim, a vivência no Jardim da União, através do CPPATHIS, esteve imbuída da verdadeira práxis freiriana.

A partir do relato da frente de Melhorias Habitacionais, mais especificamente do Curso de Construção Civil, buscou-se elucidar o objetivo de todas as frentes, que foi a busca pela reinvenção democrática de nossa sociedade. Busca que, segundo Paulo Freire (1995), não é possível sem a esperança, já que essa é indispensável para o vislumbre do amanhã. Portanto, foi a esperança que orientou a nossa atuação, jovens assessores em formação, não pela certeza do *achado*, mas por nos mover na busca, principalmente quando percebemos que não estamos sozinhos. Afinal, “*não é possível buscar sem esperança; nem, tampouco, na solidão*” (FREIRE, 1995, p.87).

É imprescindível nos mantermos esperançosos, na confiança de sermos seres em e de transformação, principalmente quando a dureza da realidade social sugere o contrário. Esperança pela reinvenção da cidade, de maneira que seja mais igualitária, emancipada e emancipatória, através do conflito e da ação coletiva na produção do espaço urbano. Portanto, é preciso estar junto nas lutas pela garantia do *direito de estar* de tantos ‘outros Jd. da União’ existentes na cidade.

Referências

BRASIL, Agência. IBGE: Informalidade cresce e atinge 37,3 milhões de trabalhadores em 2017. **Revista Exame**. 5 de dez. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/informalidade-cresce-e-atinge-373-milhoes-de-trabalhadores-em-2017-diz-ibge/#targetText=O%20trabalho%20informal%20chegou%20a,%2C1%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20ocupada>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

D'OTTAVIANO, C.; ROVATI, J. Os territórios da extensão universitária. In: _____ (Orgs.). **Para além da sala de aula: extensão universitária e planejamento urbano e regional**. São Paulo: FAUUSP, 2017. Cap. 1, p. 14-24.

FREIRE, Paulo. **À Sombra desta mangueira**. 2. ed. São Paulo: Olho d'água, 1995.

HARVEY, David. The right to the city. **New Left Review**, n. 53, set./out. 2008.

_____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Editora Livraria Ltda., 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003

PUEBLA, Eugênia. **Educar com o coração: uma educação que desenvolve a intuição**. 4. ed. São Paulo: Petrópolis, 1997.

SANTO AMORE, C.; PEREIRA, R. B.; Horigoshi, M. R. S. B. Resistências urbanas e assessoria técnica, a arquitetura possível e necessária. In: **III Urbfavelas - Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas**, 2018, Salvador. Anais III Urbfavelas - Seminário Nacional de Urbanização de Favelas, 2018.

_____. De afeto e de escola: formação em assessoria e assistência técnica. In: FERREIRA, L.; OLIVEIRA, P.; IACOVINI, V. (Orgs.). **Dimensões do Intervir em Favelas: desafios e perspectivas**. 1a. Edição. São Paulo: Peabiru TCA e Coletivo Lablaje, 2019.

***Bárbara Caetano Damasceno** é Arquiteta e urbanista (FEAU/UNIMEP, 2018), mestranda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP-Bauru).

Claudia de Andrade Silva é Arquitetura e urbanista (Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2017), mestranda em Habitat na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP).

Flávia Tadim Massimetti é Arquitetura e urbanista (FAU/USP, 2016), mestranda em Habitat na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP).

Natália Tamanaka é Arquiteta e urbanista (CTU/UEL, 2018), mestranda em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU/USP).